



O vice-presidente do Banco Mundial para Redução da Pobreza e Gestão Econômica, Otaviano Canuto: "O setor industrial não vinculado a recursos naturais está sendo imprensado"

ISABEL GARDENAL
bel@unicamp.br

O receituário de Canuto para a crise

A primeira lição que se deve aprender com a crise econômica é que não se pode brincar com as bolhas e com os ciclos de euforia que acompanham processos de alavancagem excessiva do sistema financeiro. A segunda lição é que uma janela de oportunidade está se abrindo no mundo de desenvolvimento para se incorporar a redução da pobreza como um objetivo da política econômica, dada a importância assumida pela dinâmica de expansão dos mercados domésticos. Estas duas receitas partem do vice-presidente do Banco Mundial para Redução da Pobreza e Gestão Econômica, Otaviano Canuto, que concedeu uma entrevista especial para o *Jornal da Unicamp* no contexto de um workshop sobre economias emergentes e a crise econômica global, realizado no último dia 9 no auditório do Instituto de Economia (IE). Segundo o economista, o Brasil soube responder bem à crise por não ter incorrido em excessos financeiros no período anterior e por dispor de margem de manobra fiscal, monetária e creditícia possibilitada pela gestão macroeconômica responsável dos anos anteriores. Otaviano Canuto foi professor do IE da Unicamp até 2003, deixando-a para assumir a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda. Depois foi diretor-executivo no Board do Banco Mundial, representando o Brasil e mais sete países. Em seguida, foi vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento e, desde 2009, tem sido um dos vice-presidentes do Banco Mundial. Leia sua entrevista a seguir.

Jornal da Unicamp – Qual tem sido a ajuda fornecida pelo Banco Mundial para os países mais pobres? E para aqueles que estão em crise?

Otaviano Canuto – O Banco Mundial tem um trabalho de parceria e de ajuda de várias formas. O tipo de cooperação do Banco com cada país é definido em estratégias individualizadas. Para um país como o Brasil, não é o volume dos empréstimos fornecidos que é o essencial hoje em dia, mas principalmente o tipo de operação que acompanha tais recursos. Por exemplo, no período mais recente, a ênfase das operações do Banco Mundial no Brasil tem sido com Estados e municípios, mais do que com o Governo Federal, porque é no caso dos primeiros onde existe uma maior necessidade hoje de capacitação técnica e gerencial. Logo, a cooperação técnica facilitada por aquelas operações de empréstimos tornou-se um dos principais meios pelos quais o Banco pode adicionar valor e contribuir para o desenvolvimento no país. O Banco traz experiência de outros países e, na outra direção, leva a essas a experiência do Brasil.

Esse é o caso também de países como a Rússia, a Índia ou a China. Agora, é importante diferenciar o caso desses países – que são de renda média – dos países de renda

baixa. Para os países de renda baixa, o Banco Mundial opera sobretudo com empréstimos altamente subsidiados ou doações. Aí o dinheiro importa mais do que para os países de renda média. E o Banco tem alguns critérios que premiam o bom desempenho macro, gerencial, de qualidade de governança no país e sua ênfase em políticas de redução da pobreza. Tudo isso faz parte de um conjunto de critérios que definem quanto dos recursos disponíveis o Banco coloca individualmente para os países.

JU – Como o Banco Mundial enxerga o Brasil neste momento?

Canuto – O Brasil é visto como um parceiro fundamental naquele duplo sentido. O Banco Mundial tem que ser bem mais seletivo naquilo que ele oferece para o país, porque o Brasil adquiriu capacidade em muitas áreas. Também é um parceiro no sentido inverso, porque o Banco aprende muito com o Brasil. O sucesso brasileiro, nos últimos anos, em termos de redução da pobreza e de melhora no perfil de distribuição da renda, faz do país uma fonte de aprendizagem muito importante para o restante do mundo, para outros países em desenvolvimento. O Banco Mundial serve como uma espécie de beija-flor, polinizando o conhecimento.

JU – Para situar, quando se dá o marco do crescimento econômico do Brasil?

Canuto – O que mais se realça é definitivamente a sedimentação da estabilidade macroeconômica, combinada com políticas agressivas de redução da pobreza. Esse é o marco distintivo da política econômica brasileira.

JU – O aumento do PIB menor do que o esperado para 2011 vem sendo justificado pelo Governo Federal como decorrente da crise europeia. O senhor concorda com isso?

Canuto – Concordo com o governo nos seguintes termos: o cenário nas economias avançadas não tem sido favorável a um crescimento mais rápido da economia brasileira; ao mesmo tempo, se sabe que as dificuldades para um crescimento mais acelerado do PIB no Brasil se deve também a fatores domésticos. Há problemas e obstáculos na

preservação da competitividade da indústria brasileira e nos aumentos de produtividade nos diversos setores, que muito dependem das ações de políticas no próprio país. Não é tudo culpa do resto do mundo.

JU – O que precisa ser feito para que o PIB retome o seu crescimento?

Canuto – Acho que, para além do que se faz hoje, é avançar mais rapidamente na direção de melhor qualidade na educação. Avançamos muito no lado quantitativo – no acesso –, mas falta melhorar na qualidade; cabe uma revisão dos gastos públicos para encontrar espaço para o aumento da parcela disponível para o investimento em infraestrutura; e ajudaria muito uma reforma tributária que fosse inteligente o suficiente para diminuir o custo tributário para empresas e que fosse mais racional e melhorasse a competitividade do sistema produtivo brasileiro.

JU – É sabido que boa parte das fontes de riqueza do Brasil advém das commodities. Essa fonte não está muito sujeita a riscos e a intempéries? O que deve ser feito para que o Brasil entre de vez para o ciclo virtuoso?



"Da inovação é fundamental em qualquer experiência de desenvolvimento"

Canuto – Eu diria duas coisas, ambas aproveitando a oportunidade aberta pelo momento favorável no preço de *commodities*. Uma delas é aproveitar o período de bonança para construir reservas para a época de vacas magras e a outra é utilizar parte desse ganho, do período de bonança, para criar outros ativos na economia, tais como educação, infraestrutura e capacidade em outros setores, diversificando a economia. Temos que aproveitar para a acumulação de capital e para formar reservas fiscais e de divisas que serão necessárias nos momentos menos favoráveis.

JU – Como situa a inovação do Brasil face à economia e qual é a participação da universidade?

Canuto – A inovação é fundamental em qualquer experiência de desenvolvimento. O Brasil apresenta um paradoxo. Quando você olha a pesquisa básica, ele até que sai bem na fotografia, isso quando se trata da produção científica. As prateleiras das universidades estão cheias de bons resultados de pesquisa científica aplicada. Porém, na outra ponta, quando chega o momento da absorção criativa dessa tecnologia em nível empresarial, aí a fotografia do país é completamente oposta. Então temos essa esquizofrenia: de um lado, uma pesquisa básica que vai muito bem e, do outro lado, a pesquisa incorporada no meio empresarial muito aquém do que seria o ideal. Para resolver esse paradoxo, deve haver uma maior aproximação entre os dois universos porque também não serve ter uma universidade fechada em si mesma, fazendo produção científica de qualidade se ela não se desdobra em absorção pelo aparelho produtivo.

JU – Nacionalmente, a mão de obra no setor industrial está diminuindo. Dos países que compõem o Brics, qual deles, depois dos asiáticos, tem maior capacidade de resiliência?

Canuto – Na indústria manufatureira, fora da Ásia, poucos países estão conseguindo manter dinamismo no emprego industrial. Isso não quer dizer que esses outros países estejam em situação de desemprego elevado, mas a mão de obra tem sido absorvida em outras atividades, como é o caso do Brasil. Contudo, a tendência à absorção da mão de obra pela indústria tem sido decrescente e concentrada principalmente

na Ásia, algo que já está colocando desafios para o restante do mundo.

JU – Estudos realizados na Unicamp nos últimos anos já davam conta de que o setor industrial brasileiro enfrentava uma forte retração, fato que se comprovou ao longo de 2011. A que se atribui essa desindustrialização e em que medida acredita que isso pode interferir no crescimento do país?

Canuto – Isso se atribui à perda de competitividade em relação a outros produtores industriais decorrente da valorização cambial (mas não apenas), do aumento dos custos e da redução na margem de setores industriais, por conta dos preços de serviços que vão subindo junto com o enriquecimento que tem acompanhado os elevados preços de *commodities*. O setor industrial não vinculado a recursos naturais está sendo imprensado, dado que seus preços vêm ficando para trás em relação aos demais, e, além disso, a produtividade industrial brasileira vem aumentando em ritmo lento, comparativamente aos demais países emergentes, aos novos concorrentes do mercado. Não se deve permitir que esse longo *boom*, possibilitado pelos recursos naturais, leve ao desaparecimento completo da capacidade na indústria. Paralelamente ao longo *boom*, o país tem que garantir, a meu juízo, que se conquiste e se preserve competitividade em segmentos industriais com requisitos de tecnologia, de educação e de mão de obra qualificada.

JU – Quais são as perspectivas de crescimento do PIB?

Canuto – As perspectivas do crescimento do PIB são boas, enquanto se mantiver esse longo *boom* de preço de *commodities*. Mas os riscos e o foco maior de interesse dizem mais respeito ao país depois desse *boom*. O importante é aproveitar o período de bonança para dar um salto no país para, quando chegar o momento em que acabar o *boom* de recursos naturais, o país possa estar num outro patamar, no tocante à educação, à capacidade local de absorção tecnológica, à infraestrutura e à competitividade em segmentos produtivos intensivos em tecnologia e mão de obra qualificada.

JU – O que os países têm a aprender com essa crise?

Canuto – A primeira lição é que não se pode brincar com as bolhas e com os ciclos de euforia que acompanham processos de alavancagem excessiva do sistema financeiro. Essa é uma lição claríssima. O Brasil soube responder bem à crise por não ter incorrido em excessos financeiros no período anterior e por dispor de margem de manobra fiscal, monetária e creditícia possibilitada pela gestão macroeconômica responsável dos anos anteriores. A segunda lição é que uma janela de oportunidade está se abrindo no mundo de desenvolvimento para se incorporar a redução da pobreza como um objetivo da política econômica, dada a importância assumida pela dinâmica de expansão dos mercados domésticos.